

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Conselho Nacional de Política Agrícola
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados

**POSICIONAMENTO DA CSLEI A RESPEITO DOS
PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL QUE UTILIZAM A
NOMENCLATURA DE LEITE E DERIVADOS NA
DENOMINAÇÃO DE VENDA**

POSICIONAMENTO DA CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE E DERIVADOS

No entendimento desta Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados, utilizar a nomenclatura de leite e seus derivados em alimentos não lácteos **fere os direitos básicos dos consumidores no que diz respeito ao acesso à informação adequada e clara, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor, *in verbis*:**

“Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

*III - a informação adequada e clara sobre os **diferentes produtos** e serviços, com especificação correta de quantidade, **características, composição, qualidade**, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; (Redação dada pela Lei nº 12.741, de 2012)”*

***Plant Based* - se utilizam das denominações consagradas dos produtos lácteos em suas embalagens no intuito de facilitar sua aceitação no mercado.**

POSICIONAMENTO DA CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE E DERIVADOS

De acordo com o **Codex Alimentarius** - CXS 206-1999 (Adotado em 1999. Alterado em 2022.) e com o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal (**RIISPOA**), **não há amparo legal para a utilização de termos lácteos em produtos de origem vegetal.**

Codex Alimentarius - “NORMA GERAL PARA O USO DE TERMOS LATICÍNIOS”

4.6 Uso de termos lácteos para outros alimentos

4.6.3 Em relação a um produto que não seja leite, um produto lácteo ou um produto lácteo composto, nenhum rótulo, documento comercial, material publicitário ou qualquer forma de apresentação de ponto de venda deverá ser usado que alegue, implique ou sugira que o produto é leite, um produto lácteo ou um produto lácteo composto, ou que se refira a um ou mais desses produtos.

POSICIONAMENTO DA CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE E DERIVADOS

De acordo com o RIISPOA (Decreto nº 10.468/2020 que atualiza o Decreto nº 9.013/2017) referente a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, **é muito evidente a definição de leite e seus derivados.**

*Art. 235. Para os fins deste Decreto, **entende-se por leite**, sem outra especificação, o produto oriundo da ordenha completa, ininterrupta, em condições de higiene, de vacas sadias, bem alimentadas e descansadas.*

Art. 363. Os derivados lácteos compreendem a seguinte classificação:

I - produtos lácteos;

II - produtos lácteos compostos; e

III - misturas lácteas.

POSICIONAMENTO DA CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE E DERIVADOS

Não obstante o RIISPOA deixar claro que a nomenclatura leite, queijo, requeijão entre outros derivados refere-se a produto lácteo, todos esses alimentos possuem **Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade (RTIQ) específicos, com rígidos padrões de produção e de rotulagem no intuito de respeitar o direito à informação do consumidor em relação ao que se está adquirindo e as suas características nutricionais e físico-químicas.**

Portanto, ao verificarmos a utilização de nomes de produtos lácteos em produtos à base vegetal, **a adequada e clara informação repassada ao consumidor não se efetiva**, uma vez que a **composição nutricional é distinta e o consumidor se pauta, primordialmente, pelo nome do produto.**

POSICIONAMENTO DA CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE E DERIVADOS

Propostas:

- 1) Fazer gestões com vistas a aprovação no Congresso Nacional do texto do relatório do Dep. Heitor Schuch (PSB-RS) do PL 10556/2018, de autoria da então Dep. Tereza Cristina, que **“Dispõe sobre a utilização da palavra “leite” nas embalagens e rótulos de alimentos”**.
- 1) Encaminhar ofício ao DIPOV dando ciência que a CSLEI é contrária a utilização da nomenclatura de lácteos em produtos de origem vegetal, mesmo acompanhado de expressões como ANÁLOGO, IMITAÇÃO, etc.

PONTOS RELEVANTES:

- **A rotulagem do produto vegetal não poderá:**
 - Utilizar termos, mesmo que em outro idioma, imagens, ilustrações ou símbolos que possam **depreciar o produto de origem animal ou sistema de produção animal.**
 - Apresentar vocábulos, sinais, denominações, símbolos, emblemas, ilustrações ou outras representações gráficas que **possam tornar a informação enganosa**, ou que, mesmo por omissão, **induza o consumidor ao erro** a respeito da natureza, características, identidade, qualidade, quantidade, composição, elaboração, propriedades, origem e outros dados sobre o produto, nem atribuir qualidade terapêutica ou medicamentosa;
 - Utilizar termo de **referência à indicação geográfica** ou **denominação de origem** de um produto de origem animal que dependa de certificação; e

PONTOS RELEVANTES:

- **A rotulagem do produto vegetal não poderá:**
 - Fazer **alegação de caráter nutricional** que não esteja prevista em legislação específica.
 - Fazer **alegação** quanto à sustentabilidade, saudabilidade, ausência de transgênicos, produto natural ou orgânicos, exceto quando permitido em legislação específica ou devidamente comprovada; e
 - **Atribuir característica** de qualidade superior àquela que o produto efetivamente possui.
- Em relação à **propagandas, campanhas e matérias de marketing relacionados aos produtos vegetais**, fica vedada a alegação de sustentabilidade, saudabilidade ou demais atributos quando não cientificamente comprovados ou previstos nas regulamentações correlatas, bem como materiais que, direta ou indiretamente, sejam pejorativos a setor de proteínas animais.